



Ministério da Educação
Universidade Federal de Alfenas
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Bairro centro, Alfenas/MG - CEP 37130-001
Telefone: (35) 3701-9014 - <http://www.unifal-mg.edu.br>

Ata de Reunião

Ata 413^a da reunião da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). No dia 25 de novembro de dois mil e vinte, às quatorze horas, reuniu-se de forma remota sem utilização de equipamento por meio do link da RNP, sob a coordenação do Presidente, Professor André Luiz Sena Mariano e a participação dos professores: Cristiane Aparecida Silveira Monteiro, Érika de Cássia Lopes Chaves, Liliana Batista Vieira, Vanessa B. Boralli Marques, Maria Angélica Maia Gaiotto, Luciana Azevedo, Rosangela da Silva, João Ermelindo de Assis Costa, Rafael Tobias Moretti Neto, Eduardo José Aguilar Alonso, Juliana Maria da Silva, Estela Regina de Oliveira, Deila Rosely Carneiro, Clibson Alves dos Santos, José Carlos de Souza Junior, Nildred Stael Fernandes Martins, João Marcos Caixeta Franco, Márcia Regina Cordeiro, Jaine Honorata Hortolan Luiz e Simone Botelho Pereira. 1) Termo de Homologação: O Presidente abriu a reunião consultando o Colegiado sobre possíveis dúvidas em relação aos processos que foram homologados por meio do TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 19/2020/CPPD/REITORIA/UNIFAL-MG; como não houve manifestação do Colegiado, o Presidente deu sequência na pauta, estabelecendo consensualmente a finalização da reunião. Em seguida, informou que a subcomissão (composta pelos membros André Luiz Sena Mariano, Cristiane Aparecida Silveira Monteiro, Liliana Batista Vieira e José Carlos de Souza Junior sob a coordenação da Prof.a Márcia Regina Cordeiro) decidiu, após a reunião do dia 30/09, estender a Reitoria e as Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa, Extensão e Assuntos Comunitários e Estudantis a mesma solicitação que havia sido feita nesta reunião aos membros da CPPD. Informou que para esta reunião a convocação foi feita apenas para as Unidades e a Pró-Reitora da Pesquisa e Pós-Graduação recebeu a convocação por ser também membro suplente da FCF. Continuando, o Presidente disse que a subcomissão gostaria, nesse momento, de poder ouvir todos os relatos dos representantes da CPPD, a fim de tomar par de como foi esta interação, ou seja, quais foram as potencialidades e dificuldades encontradas, haja visto a necessidade de traçar uma nova meta capaz de corrigir as falhas, inclusive falhas de estratégia e dar continuidade neste processo de ampla escuta. O Presidente informou que a Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis não enviaram os apontamentos e o motivo não foi colocado. 2.a.) Conclusão da primeira fase de entrega dos apontamentos feitos em relação a Resolução 150 e Junção dos anexos I e II feita pela Faculdade de Medicina, Faculdade de

Odontologia, Instituto de Ciências da Motricidade, Instituto de Ciências e Tecnologia e o Instituto de Química. Estes institutos foram consultados, previamente, e justificaram a não entrega das ponderações por não terem tempo hábil para abrir uma discussão que envolvesse todos os docentes do Instituto e, no caso da FAMED, foi enviado um e-mail para a diretora da Famed, profa Evelise, a qual encaminhou um e-mail para todos os docentes, porém não houve nenhuma manifestação por parte deles. Seguem os comentários: Representante da FAMED Prof.a Maria Angélica Maia Gaiotto: Não se manifestou porque o microfone falhou. Representantes da FO: Prof. João Ermelindo de Assis Costa: “Na minha unidade, ninguém manifestou opinião sobre nada, então não temos noção. Mas foi enviado para todos professores por meio do Diretor da Faculdade. Acho que a gente poderia tentar outra estratégia, como por exemplo, por meio do Diretor da Unidade, para que marque uma reunião da congregação, aí pode ser que haja mais interesse neste caso. Acho que cada setor vai tentar ver o seu lado, a pós-graduação vai ver o seu lado também e quanto mais opções de pontuação na planilha da CPPD houver, melhor, e tem que ser assim mesmo. Mas a gente tem que analisar que a graduação é muito importante também. Temos que nos situar onde queremos chegar? Queremos chegar com alunos sendo bem conceituados em todos os níveis? Então, para a graduação como foi feita a correção da tabela inicialmente foi muito bom, achei o trabalho da comissão em relação a graduação muito bom. Agora, se tiver que aumentar uma pontuação ou outra, na pós-graduação ou na extensão fiquem à vontade, acho importante todos pontuarem e todos ficarem satisfeitos. Sinalizar se está bom nisso ou naquilo e não menosprezar o outro lado, achando por exemplo, que um setor é mais importante que o outro. Não se pode achar que a pós-graduação é mais importante que o resto. A valorização de todos que é importante. Agora se tem um professor que quer fazer 3000 pontos, 4000 pontos e outro quer somente fazer 300 pontos isso não vem ao caso.” Rafael Tobias Moretti Neto: “Eu queria colocar algumas coisas para reflexão, e posso ser execrado ou posso ser aplaudido. Algumas reflexões devem ser levadas em conta quando a gente faz um trabalho deste, principalmente, porque este terreno é um terreno árido. Trabalhei muito tempo na CPPD, e hoje estou como suplente e tentamos fazer essa matriz de pontuação mais de uma vez. Acho que essa matriz de pontuação já gera alguma discussão pelo menos há uns 12 anos e, por fim, nós não chegamos a um denominador comum. A representante da Farmácia (Prof.a Tati) fez, há uns 3 a 4 anos atrás, um trabalho extensivo onde foram comparadas as pontuações, proporcionalmente, quanto valeria uma hora na graduação, quanto valeria uma hora na orientação, e colocou isso no papel, e o terreno é tão árido que todo o trabalho que a representante teve na época, que eu acredito que não foi fácil, foi por terra abaixo (não saiu do papel) tanto é que estamos discutindo esta matriz de pontuação novamente. Eu tenho um pensamento muito particular a respeito de tudo isso que estamos discutindo, mesmo porque alguém já falou que cada um vai querer ver o seu lado e queira ou não, isso é fato. Cada instituto vai querer que seu artigo seja mais valorizado, outro vai querer que sua aula na graduação seja mais valorizada, já outro vai querer que sua orientação de mestrado seja mais valorizada. Então eu trago a reflexão: o intuito desta matriz de pontuação é penalizar o professor ou fazer com que ele chegue lá na frente no posto de professor titular? Essa é a primeira reflexão que eu coloco.

Outro detalhe, nossa lista de pontuação é, extremamente, extensa pela pluralidade da Universidade e existem várias pessoas fazendo atividades de administração, outras fazendo atividades de extensão e já outras fazendo atividades de graduação e pós-graduação; pergunto: existe espaço para todos os professores caso estes queiram atuar nos quatro eixos da Universidade? Nós somos uma Universidade que tem mais de 100 anos de existência, caso queiramos pegar esses 100 anos de existência e dividir por quatro nós teremos 25 pessoas assumindo o cargo de reitor, logo somente 25 tiveram oportunidade de ser diretor e agora reitor, desta forma, muita gente vai passar pela Universidade sem ser pró-reitor, pró-reitor adjunto muito menos vice-reitor ou reitor. Existem pontuações que a nossa tabela prevê e que nenhum de nós irá alcançar. Como exemplo, não chegarei, provavelmente, ao cargo de reitor. Então, o que temos que pensar é isso: a gente quer penalizar a pessoa ou quer que o docente siga sua carreira, normalmente, progredindo a cada dois anos. Fica claro que, se existirem modificações díspares na pontuação fica muito mais fácil para um professor que publica 10 artigos em uma revista Qualis A1 já que ele só faz isso. Ele não dá uma aula na graduação e fica fácil para ele orientar e ter essa produção. Para produzirmos uma tabela justa e fraternal, na minha opinião, nós vamos ter que partir para esse lado ou seja: Um artigo Qualis (não estou com a tabela aqui) A 1 vale 100 pontos quanto tempo esse artigo Qualis A1 levou para ser produzido uns 90 dias então se eu dou aula na graduação eu tenho que ter uma pontuação igual a um artigo que levou 90 dias para ser produzido. Isso a gente reflete na pontuação da graduação é um trabalho fácil? Muito difícil. Então, o que eu penso é isso e para nós conseguirmos uma tabela irmã que contemple todas as quatro esferas da universidade será difícil. Agradar todo o mundo será difícil. Para reflexão, vocês sabem que a única carreira do executivo federal que entrega documentação para fazer progressão? Nós. As demais carreiras progridem por tempo de serviço, haja vista do nosso lado os técnicos administrativos. Os técnicos administrativos entregam algum tipo de papel para fazer a sua progressão? Não. Eles completam o interstício e fazem a progressão. Se eles quiserem progressão mais rápido, eles terminam o mestrado ou doutorado e aí eles pulam níveis como o que acontece com a nossa carreira também.”

João Ermelindo de Assis Costa: “Parabéns prof. Rafael, você expôs uma visão muito ampla, realmente, mexer com a tabela tem que pensar por todos os docentes da Universidade. Se por um lado, tem institutos que tem dez professores e só estes dez tem acesso à pós-graduação, extensão e uma série de coisas na administração e podem pontuar em diversas atividades, há outros que não. Há institutos que têm 40 a 50 professores, como é o caso da Odontologia e que poucos professores têm acesso, às vezes, à pós-graduação, tem pouco acesso à administração. Então, falar que “encostar no poste” já faz 200 pontos você faz 200 pontos, como assim você não precisa dar aula? Você tem que ficar parado? Gostaria de deixar bem claro que a questão não é esta. Nós estamos aqui para defender uma ampla divulgação de quanto você precisa para fazer uma progressão correta, como o prof. Rafael disse, que todos almejam o objetivo que é alcançar a Classe E. Todos têm que ter esse direito, não apenas alguns”. Representante do ICT Prof. Eduardo José Aguilar Alonso: “Eu vou aproveitar a fala do professor Rafael como ponto de partida por vários motivos. Eu também já estou há um tempo na CPPD, e também, direta ou indiretamente, soube de várias

tentativas de reformulação da tabela. Neste sentido, eu gostaria de saber o que podemos aproveitar das outras tentativas que já foram feitas, das quais alguma experiência pode ser aproveitada e assim pouparmos de recriar discussões. Na sua fala, o professor Rafael comentou de outras experiências que foram motivo de muito trabalho. A minha suplente, a professora Juliana, presente nesta reunião, também relatou outras experiências. Em particular, eu lembro que até pouco tempo estava no CONSUNI um processo de reforma para ser apreciado, ou seja, um processo de reformulação das tabelas correspondentes às Resoluções 150 e 92. De todo esse trabalho que já foi feito, eu gostaria de tentar recuperar a experiência de pessoas que investiram muito do seu tempo e de muita discussão. Talvez essa falta de participação que alguns colegas relataram seja consequência de ter muito trabalho, muitas discussões, muitas participações que, embora cheguem na instância mais alta, o CONSUNI, acabam não dando em nada. Eu, em particular, compartilho esse sentimento. Eu me sinto totalmente desestimulado a continuar participando de discussões do tipo “quantos pontos por estar em tal Qualis, quantos pontos correspondem a uma orientação” porque eu não acredito que algum dos nossos colegas, que são seres humanos, irão mudar a sua atitude em relação ao seu trabalho por conta de 5 pontos a mais ou 5 pontos a menos. Eu acredito que seja uma atitude muito arrogante da nossa parte achar que nós, mudando uma tabela, vamos mudar o comportamento de uma pessoa. Esse comportamento se insere numa estratégia de vida, no caráter da pessoa, e nós não mudaremos ele mudando a pontuação. Eu acho que o registro das atividades na progressão, sem dúvida, é importante para que o docente, como colocou o professor Rafael, construa o seu histórico. O professor de ensino superior possui uma relativa liberdade de escolha, fruto da confiança que a sociedade lhe outorgou. Com essa liberdade, ele poderia escolher investir 5 anos de pesquisa em um tema muito relevante, em vez de publicar vários artigos menores com o único objetivo de estar aumentando sua pontuação ou incrementando o seu Lattes. Ambas as escolhas precisam ser igualmente respeitadas. Se os nossos colegas que nem sabem como fazer a sua progressão, vocês acreditam que discutindo durante horas para aumentarmos 5 pontos aqui ou acolá faremos alguma diferença? Então, o que eu quero significar com a minha fala, é: não estaremos querendo reinventar a pólvora? Quanto vamos aproveitar do que já foi feito? A tabela já existe há muito tempo, e foram muitas as tentativas de reformulá-la, sendo que quase todas elas foram tentativas em vão. A minha fala se alinha com a atitude daqueles professores que decidiram não participar, e com a daqueles que optaram por não dar um retorno. O tema é desgastante, e ele acaba provocando animosidade entre colegas por conta de 5 pontos, haja vista que todos consideramos que o que escolhemos fazer é importante. Eu sugiro acalmar os ânimos e pensarmos em alternativas para que o professor possa deixar registrado no seu histórico tudo o que ele fez, sem autodesignarmos tutores de ninguém”. Rafael Tobias Moretti Neto: “Foi dado um testemunho pela profa. da Nutrição quando eu estava como presidente da CPPD com relação ao orientador dela em Viçosa só para fechar em uma conversa informal esperando para começar a reunião ela me disse que o orientador dela de mestrado e doutorado na UFV estava na carreira abaixo da titulação da professora Cristiane aqui em Alfenas. Existem situações que levam a penalização desses professores, e essa matriz de

pontuação é feita por pessoas que puxam de acordo com seus interesses e isso é o que devemos ficar atentos. Não podemos pensar numa matriz de pontuação que a gente vai conseguir fazer progressão ao invés de dois em dois anos em 3, 4 ou 5 anos acumulando papel o que, para alguns, parece ser fácil dez artigos Qualis A1 e conseguir uns 1000 pontos, mas quero ver como na odontologia. Sou professor orientador do mestrado e, às vezes, eu faço uma pesquisa clínica. Atualmente, oriento uma pesquisa de mestrado que começou já fazem 2 anos e o que aconteceu com a pesquisa clínica dele? Ficou pelo caminho e por quê? Porque faz um ano que eu não tenho clínica e a sorte é que a gente já tinha começado esta pesquisa em 2019 no primeiro semestre e já tinha os dados parciais e é com isso que ele vai defender. Então, a gente, até a valorização dos artigos eu acho que deveria ter um recurso porque um artigo que é publicado de um trabalho que é feito no laboratório é totalmente diferente de um trabalho que é feito na Clínica da Odontologia, da Clínica da Medicina, na Clínica da Nutrição, na Clínica da Fisioterapia. Então, se o cara senta e orienta 10, e dali ele tira dez artigos por semestre. Parabéns para ele, pois vai fazer de 5.000 a 10.000 pontos, só que não pode se levado em consideração essa matriz de pontuação para uma pessoa como a que acabei de citar, tirar um artigo clínico em um ano e meio e isso também são coisas para a gente refletir e reflete a peculiaridade de cada instituto. Aqui, nós temos o representante de todos os institutos. Então, é bom a gente ficar atento a isso porque existem as peculiaridades e é complicado. Esses dias eu estava conversando com a Cristiane, secretária. Conversamos, longamente, até ela pediu para entrar em contato com a Nildred, representante do ICSA, para conversar a respeito da data de publicação dos artigos, e com relação a data de publicação, a gente não consegue nem descobrir a data em que o artigo foi publicado em revista on-line por ser fluxo contínuo. Então, é muito complicado você mudar uma coisa que está andando a contento. A minha sugestão é unir as duas tabelas, ver as peculiaridades de cada um e avançar. Assim, como o Professor Eduardo expôs, nós não temos que reinventar a roda, pois o seu uso já foi estabelecido há muito e muito tempo atrás e até hoje a roda está funcionando e o que seria do carro se não fosse a roda? Eu não sairia do lugar; então, são coisas que a gente tem que refletir e, mais uma vez, ser fraterno com toda a comunidade de professores da UNIFAL-MG”. Representante do ICM Prof.a Simone Botelho Pereira: “A profa. Denise do ICM compartilhou com os docentes do ICM por e-mail. No entanto, o número de contribuições foi muito baixo: poucos professores se manifestaram, outros justificaram dizendo que participaram pela extensão ou por algum outro programa de pós-graduação e, com isso, não me senti segura para trazer a proposta, visto o tamanho da representatividade que foi muito baixa. Em particular, acredito que a Pós-Graduação está sendo desmerecida com a proposta apresentada. Assim, eu estaria trazendo minha opinião, portanto, achei melhor ter oportunidade de em segundo momento ouvir os demais docentes. Eu acredito que esta proposta de cada unidade mandar uma proposta vai dar trabalho enorme para a comissão e, colocando no lugar dos colegas da subcomissão, diante do trabalho que já foi feito com a dificuldade de atender a todos, eu proponho que, primeiramente, as instâncias superiores e as pró-reitorias pudessem ser ouvidas no sentido de dizer: esta proposta atende a pós-graduação, a extensão, a graduação como o professor João mencionou, de forma plausível. Nessa ocasião, as

unidades serão consultadas se gostariam ou não de fazer alguma outra sugestão em cima da referida proposta. E então, nós, docentes, entendendo que a própria pró-reitoria apoia a proposta, analisaremos o documento já mais avançado, o que torna mais fácil chegar em um consenso. Esta é uma sugestão com todo o respeito ao trabalho desenvolvido pela subcomissão, mas também com cuidado. Uma vez que aqui na Universidade passamos por situações como se a pós-graduação não fosse importante ou tão importante quanto a graduação. Temos que ter o cuidado de valorizar ambas. Não estou dizendo nada que tenha saído da CPPD, mas das conversas que ouvimos lá fora porque particularmente já ouvi: "você faz pós-graduação porque você quer". Acho desagradável passar por situações assim. Da mesma forma ouvimos sobre a extensão não ser tão importante. Muito desagradável isso. Eu entendo que ensino-pesquisa-extensão e inclusive o setor de inovação, que é uma área que a Universidade tem abraçado, que eu entendo que é super importante para o crescimento do todo, em especial para os nossos alunos. Temos que pensar no futuro deles e, então, devemos valorizar tudo que é importante para a formação deles. Talvez compilar uma proposta de cada unidade seja uma tarefa muito árdua, muito difícil, por isso eu gostaria de trazer minha contribuição fazendo essa sugestão aos senhores para que pudessem encurtar o caminho, ouvindo as instâncias das pró-reitorias primeiro, por exemplo, no caso da Pós-Graduação, se a Profa. Vanessa, enquanto Pró-Reitora nos dissesse que analisando a proposta com a COPG, esse modelo nos atende, nos daria mais segurança para votar. Minha sugestão é essa.”

2.b) Conclusão da primeira fase de entrega dos apontamentos feitos em relação a Resolução 150 e Junção dos anexos I e II feitas pelo Instituto de Ciências Biomédicas, Instituto de Ciências da Natureza, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Escola de Enfermagem e Faculdade de Nutrição. Estes institutos foram consultados, previamente, e esclareceram que embora tenham entregado as ponderações não houve envolvimento de todos os docentes do Instituto. Segue os comentários: Pró-Reitora da Pesquisa e Pós-Graduação Prof.a Vanessa B. Boralli Marques: “Eu acho super importante o trabalho e enviamos um processo pela PRPPG; a Reitoria também solicitou manifestação; meu departamento na FCF também se reuniu. As considerações que eu gostaria de fazer são sobre as manifestações da Câmara de Pós-Graduação, enviadas pela PRPPG, pois a Câmara preferiu não enviar uma proposta e sim questionamentos. No meu departamento a discussão foi mais pontual; as discussões feitas na câmara de Pós-Graduação visavam mais entender as alterações propostas. Temos uma resolução que é utilizada para progressão e aí nesta resolução pontua-se todas as atividades possíveis que as pessoas realizam na Universidade; então, que fosse realizada uma discussão maior no sentido de pensar o que nós queremos da Universidade; desta forma, seriam valorizadas atividades consideradas estratégicas. Foi por isso que a Câmara optou em pedir informações de o porquê das alterações propostas, como por exemplo: orientação de mestrado pontuava 100 pontos foi reduzida à metade; e a coorientação ficou valendo 75% do valor de uma orientação, que, por muitas vezes, é um serviço colaborativo e em raras situações o coorientador assume, realmente, a orientação. Sendo assim, penso que o alinhamento para ver o que, estrategicamente, importante é essencial, foi o que foi dito na câmara

de Pós-Graduação e sem comparar atividades de pesquisa com atividade de graduação ou atividades de extensão, sem entrar no mérito de pontos em um item ou outro neste momento. Para a manifestação solicitada pela Reitoria à PRPPG, a manifestação seguiu o discutido na CPG. O PDI está em construção; estas ponderações não constavam no PDI e foram inseridas pelo GT - Eixo Temático Pesquisa. Talvez alguns de vocês também sejam membros do CONSUNI, perceberam que as taxas de aumento propostas pelo GT-Pesquisa são reduzidas, pois refletem taxas realistas neste cenário trágico que temos vivido com governos, além dos impactos da pandemia. É importante valorizar as bolsas de produtividade. Quando a sugestão foi enviada eu olhei em outras universidades federais e eles não faziam distinção da pontuação para os bolsistas de produtividade, entre os níveis.” Representante do ICB Prof.a Estela Regina de Oliveira: A profa. Estela demonstrou preocupação em encontrar um meio mais “eficaz” que o envio de convite por e-mail, para sensibilizar os colegas da sua unidade, a participarem mais efetivamente das discussões. Comentou que somente dois colegas retornaram e, embora as sugestões tenham sido bastante relevantes, esperava o retorno de mais colegas, já que o assunto é muito importante, e do interesse de todos. A prof.a Estela perguntou porque a atual comissão não aproveitava parte do trabalho já desenvolvido inclusive pela Prof.a Tati. Representante do ICN Prof. Clibson Alves dos Santos: “como suplente do prof. Paulo Henrique foi eu quem fez essa consulta junto dos meus colegas do ICN A nossa dinâmica foi parecida com que já foi manifestado aqui e trabalhamos por e-mail e por mensagens do WhatsApp disponibilizando arquivos com uma coluna editável para que os professores colocassem suas observações via google drive. Nós tivemos uma discussão através das mensagens e e-mail, a qual os professores participaram, e queria manifestar aqui algumas discussões e observações feitas pelos docentes, que vão de encontro com tudo o que foi falado até o momento, que é a questão da adesão nas discussões, mas também um fator que desestimula o envolvimento no processo de progressão que é o fato das pontuações entre as categorias passar de um nível para outro as pontuações são muito baixas, sendo falado em uma das discussões, em tom de brincadeira, que para atingir as pontuações, basta ficar escorado no poste em frente ao prédio D que conseguimos a pontuação para progredir, mostrando que, para atingir a pontuação mínima, precisa-se de pouco esforço, e isso pode desestimular o envolvimento nos debates. Em um dos momentos que abordamos sobre as pontuações das atividades, gerou um pouco de confusão e que tentei explicar a partir do que eu tinha assistido na reunião anterior, é sobre o debate que também está acontecendo no CONSUNI e ficando um pouco dúbio para alguns professores, ou seja, quem vai decidir essas pontuações vai ser o CONSUNI, porém tentei explicar que a questão normativa estava sendo discutida na CPPD juntamente com a proposta de mudanças na pontuação, mas que o principal seria o aperfeiçoamento dos procedimentos do processo de progressão. Ressaltei que a base das pontuações sobre a mudança de nível é abordada pela legislação federal, porém entende-se que essas pontuações não estimulam o engajamento dos professores. Entendemos que esse envolvimento é um desafio da CPPD, que pode além de abordar os procedimentos, também pode pensar em estratégias para que haja engajamento dos docentes através da progressão. Estas questões foram as que foram discutidas e encaminhadas para a presidência, essa observação sobre

as pontuações baixas podem ser um limitador e que o processo poderia ter uma função e uma finalidade de engajamento a exemplo do que o professor João falou que tanto faz a pontuação sendo 300 ou 3000 não vai fazer diferença alguma e tem professores que eles são muito envolvidos e tem professores que são menos envolvidos, enfim isso é normal, e essa discussão da estratégia de envolvimento no debate foi muito de encontro com o perfil do instituto, que por ser menor os professores participam de tudo que diz respeito ao instituto de várias comissões ao mesmo tempo, e isso acaba auxiliando nessa discussão sobre as normas, inclusive foi lançada a ideia de uma reunião no instituto com o diretor da unidade para discutir o assunto, sendo definido que não é necessário, e as discussões poderiam ser pelo WhatsApp e e-mail, o qual as sugestões seriam inseridas no arquivo do Google drive. Outro aspecto que o ICN abordou foi a questão mencionada pela PRPPG sobre a questão sobre as aulas da graduação e da Pós-Graduação, onde houve uma alteração reduzindo a pontuação das aulas de pós-graduação, e os professores do ICN sugeriram que seria melhor no mínimo deixar na pontuação atual, do que a redução proposta pela comissão. Comentei que queria ver com o Prof. André como foi essa discussão na subcomissão que gerou essa mudança na pontuação da carga horária das aulas de pós-graduação, então foi resumidamente essa nossa discussão interna. Eu queria também relatar aqui além do que a pró-reitoria já falou sobre alguns pontos que não estão previstos na norma atual, como a inserção na matriz a atividade de bolsa de produtividade em pesquisa e em desenvolvimento tecnológico e extensão, pois tem-se conhecimento que tem professores na UNIFAL com essas bolsas e que isso consome uma energia deles e que seria importante se prever isso no processo de progressão. Então, esses são os pontos discutidos no ICN, os quais queria fazer esse relato, participando da reunião hoje como suplente do Prof. Paulo Henrique, acredito que na próxima reunião ele estará voltando e será ele que conduzirá o debate interno e os demais encaminhamentos sobre o assunto no ICN. Vou fazer duas observações em relação a essa exigência para ter progressão: no instituto quando a gente estava discutindo essa questão das baixas pontuações necessárias para progredir de uma categoria para outra, uma das observações que eu fiz foi no sentido de levar uma reflexão, até porque estamos em um momento político que se eu não estiver enganado o Ministério da Economia encaminhou uma proposta de reforma da administração pública, que vai atingir a progressão de nossa carreira também. Então, já existe um movimento que quer colocar os professores com pouca contribuição e, pessoalmente defendi nas discussões internas, que não acharia interessante que nós docentes levantarmos essa bandeira para propor o aumento das pontuações. A minha fala foi no sentido de avaliarmos as estratégias para aumentar o engajamento docente e que a progressão não fosse puramente um procedimento burocrático, pois muitos não valorizam porque não veem como importante. Inclusive eu conheço professores que estacionaram e perderam 4 a 5 progressões e não fizeram apesar de termos conversado com eles, não têm interesse em fazer a progressão, sendo essa uma decisão individual e docente não ser obrigado a fazer, porém eu penso ser importante essa discussão que foi feita. Ressalto que o comentário exemplificando o esforço mínimo para atingir as pontuações que surgiu dentro do instituto são no sentido de mostrar que é importante valorizar a progressão com estratégias de engajamento e valorização do processo. Então, isso até é uma

discussão que se tem no instituto que traz um certo desinteresse no processo de progressão e minha fala fica no sentido não de desmerecer nada e nem como crítica em relação ao processo, mas no sentido de se pensar em alternativas.” Representante do ICEX Prof. José Carlos de Souza Junior: “Não tive muito retorno do ICEX. Divulguei todo o trabalho das resoluções, no entanto, apenas cinco docentes retornaram seus pareceres sobre as propostas. De maneira geral, a maioria do que foi discutido na reunião contempla os apontamentos dos docentes do ICEX. Neste caso, quando rediscutirmos a proposta, eu acredito que estes pontos serão debatidos. Além disso, só uma questão que não foi levantada. Trata-se de uma sugestão em relação à pontuação de publicação. Atualmente, utilizamos o Qualis e este não contempla satisfatoriamente as áreas mais aplicadas, como por exemplo, a Ciência da Computação, na qual os docentes publicam em revistas que não tem necessariamente Qualis, mas tem fator de impacto. Por outro lado, docentes de áreas puras, como a Matemática, publicam em revistas com baixo fator de impacto, mas com Qualis elevado, neste caso, uma sugestão seria que buscássemos implementar um sistema híbrido, no qual um professor optasse pela pontuação via Qualis, ou via JCR! Fica a sugestão para discussão.” Representante do ICSA Prof. João Marcos Caixeta Franco: “Sou suplente da prof.a Nildred e tenho a relatar que o nosso procedimento foi o seguinte: foi enviado o material proveniente dos trabalhos da CPPD para toda a comunidade onde estão todos os professores e depois foi marcado uma reunião com a congregação com todo os membros e com todos os professores e nessa reunião então pode-se tratar da tabela e da resolução e da proposta que está em andamento e adotamos uma sistemática que teríamos alguns dias para que cada um pudesse dar a sua contribuição e sugerimos que se abrisse uma quarta coluna naquela tabela onde cada um pudesse inserir os seus comentários, suas sugestões e foi dado, se não me falhe a memória 10 a 12 dias para retornasse isso. Desde já, faço o registro que, infelizmente, foi o momento inoportuno por ser um momento especial que estamos vivendo que eu creio que a maioria de nós estava tentando se adaptar e brigando para poder se aperfeiçoar com a interação com os alunos e fazendo os cursos para termos alguma habilidade nessa mediação com a tecnologia, com nossos alunos e, fim de semestre também, então o primeiro registro é: não acredito que o momento tenha sido adequado. E ainda assim, na reunião a primeira percepção minha foi em relação a insatisfação dos colegas da pós-graduação com o que tem sido chamado de desvalorização da Pós-Graduação mais de um se manifestou. Falaram que é bastante trabalhoso, que quem está no dia a dia, quem está realmente orientando, coordenando, todos sabem do desgaste grande e acredito que há um consenso dos colegas quanto a esse ponto, então esse seria o primeiro registro que eu gostaria de trazer que os professores, até o momento em que pedimos para eles registrarem, parecia que o dissabor que eles sentiram levar ou eles a falar até que: “olha se querem fazer isso e não sabemos direito de onde vem isso, se querem fazer isso que façam” mas eu tenho trazido esse relato ainda que eles não tenham registrado por escrito isso, visto que é bastante importante rever esta posição. O outro ponto que vou mencionar aqui ele, por coincidência, trata do PIEPEX que é o nosso programa integrado de Ensino-Pesquisa-Extensão que por coincidência, eu fui da comissão que trabalhou esse programa para formatá-lo e tratá-lo como um programa porque antes ele era tratado como uma disciplina e estava incorrendo em uma

série de dificuldades e empecilhos aqui para nós e assim trabalhamos alguns meses para formatar esse programa e eu fui, depois de formatado, eu fui o primeiro coordenador do PIEPEX em Varginha e aqui há uma observação de diminuir a pontuação da orientação de alunos das atividades no PIEPEX então me pareceu curioso isso e realmente me debrucei e fui lembrar um pouco e lembro que na época que nós decidimos valorizar um pouco mais essa atividade porque nós temos a entrada de aluno de 150 a 170 alunos por semestre e esse PIEPEX é uma atividade formativa sem ele, sem pontuar, o aluno não pode fazer o Trabalho de Conclusão de PIEPEX que é chamado de TCP. Sem essa pontuação o aluno não se forma e esse trabalho inicial que você orienta os alunos nestas atividades pegando as três dimensões Ensino-Pesquisa-Extensão, essa atividade é relevante, é o contato com o graduando nesses temas ainda que ela sirva para o aluno durante um semestre trabalhar digamos dar uma negativa: ah estou trabalhando com meio ambiente mas eu prefiro trabalhar com outro assunto; ele serve para dar essa negativa ou seja ele pontua e define que quer trabalhar com outro tema, então se reveste de bastante relevância especialmente porque no momento inicial quando decidimos pela valorização do PIEPEX é o estímulo que precisávamos dar para que todos os professores desenvolvessem essas atividades e pudessem ofertar a cada semestre para os alunos, atividades que pudessem traçar a trajetória do aluno, onde ele queria se dedicar um pouco mais ou onde ele queria fazer o seu TCP, então a nossa recomendação, a princípio, é que não se desvalorizasse essa pontuação, em algum momento houve a questão de que o orientador do PIEPEX tivesse uma pontuação superior ao coordenador do PIEPEX então, no máximo, que se igualasse isso. Essas observações foram encaminhadas e digitadas para a CPPD, portanto estão registradas e fica aqui essas observações que são muito específicas do nosso curso de BICE (Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia) da UNIFAL/Varginha. Em resposta ao presidente o professor João Marcos respondeu: “a princípio no meu entendimento não estaria faltando nenhuma atividade docente no PIEPEX, ou seja, todas as atividades estão previstas, nenhum dos professores inclusive professores que foram coordenadores do PIEPEX estavam presentes na reunião da congregação para tratar especificamente deste tema, nenhum deles se manifestou dizendo que alguma atividade docente não estivesse contemplada. Vou mencionar mais uma questão em relação ao item 4.8 que trata de reportagem de TV, rádio e jornal eu vi a proposta dos trabalhos de reduzir a pontuação de 5 para 2 cada atividade, digamos entrevista e participação na mídia reduziu para 2 pontos e, se não me falha a memória, há uma proposta que haja um limite de 5 atividades por ano então talvez por coincidência eu também vou relatar aqui um dos motivos porque a gente também pode dar essa contribuição por ter sido eu um dos primeiros professores que quando assumiu o cargo em Varginha, vim residir em Varginha e em alguns momentos, feriados, fim de ano, que alguma reportagem de TV nos procurava e sempre acabava me encontrando aqui por que eu já era residente aqui desde as primeiras semanas que tomei posse e eventualmente um ou outro às vezes tem timidez, sempre ou era direcionado a mim e eu daria uma entrevista nos jornais e digamos que eu entendo que esse momento da pandemia veio mostrar a relevância deste tipo de participação que outros colegas de outras temáticas foram solicitados. Nós temos visto quase que diariamente na

área de saúde, na área de participação agora nas eleições nas questões relacionadas à política eleitoral, então eu acho que é extremamente salutar porque cada um de nós sabe e é conhecedor do fato que muitas vezes somos questionados por uma pequena interação com a sociedade, às vezes estamos tão dedicados a um nicho de pesquisa e o foco em outras coisas que nos rodeiam. Podemos ser mais participativos, mais presentes, mais transparentes, então essa mudança aqui realmente eu confesso para vocês que eu acordo de madrugada para dar uma entrevista, para rever os dados, às vezes pedem para fazer no fim de semana a gente faz de bom grado a única coisa que eu peço é: cite o nome da UNIFAL. É a única coisa que eu peço e se em algum momento não saiu no rodapé esse crédito foi por falha do veículo de comunicação. E essa história de limitar 5 atividades por ano, isso tem quase peso de censura, onde já se viu? Nossos colegas lá falando da questão de saúde, da pandemia, dos meios de evitar contaminação e ele vai poder falar só cinco vezes no ano? E se esta pandemia durar mais dois anos? Nós estamos impedidos de pontuar por isso? Eu não acho que seja justo. Estou trazendo aqui para vocês a minha experiência e opinião e a questão da pontuação baixar para 2 não vejo nenhum propósito nisto ainda mais neste momento que cresceu a demanda da sociedade por esclarecimentos, por resultados de pesquisa, achei totalmente despropositado, confesso que me surpreendeu. Num primeiro olhar não tinha visto, mas depois eu dei redação a esta posição. Por fim não tem mais nada importante talvez apenas uma correção de um texto onde no item 5.25 eu fiz, onde se fala no final do quadro da tabela “comissão de acompanhamento de curso de elaboração de problemas: estágio de TCC e atividades formativas”; eu imaginei que ali seja a elaboração de programas eu pus uma observação ali. Mas para não ser cansativo e detalhista eu me resumo neste momento a estes comentários sujeito logicamente a críticas de todos os colegas especialmente a Nildred se quiser se manifestar e por fim encerrando dizendo ainda que tenha feito de uma maneira bastante rápida procuramos dar lá dentro do Instituto a transparência e a oportunidade de contribuição pena que o momento não tenha sido adequado para ouvir. Agradeço a oportunidade de falar.” Nildred Stael Fernandes Martins: “O João Marcos expôs bem o posicionamento do ICSA. É importante que tenhamos um pouco mais de tempo, visto que o fim do semestre prejudicou a participação dos docentes, especialmente a participação daqueles diretamente ligados ao PTA, por exemplo. Como membro da CPPD, gostaria de reforçar a necessidade de que sejam definidas e enumeradas as informações mínimas que devem constar nos comprovantes das atividades constantes no processo de progressão/promoção docente.” João Marcos Caixeta Franco: “É só uma provocação porque estamos vivendo um momento especial com esta pandemia e me ocorreu o seguinte, nós temos sido chamados a enfrentar situações e desafios que nós nem tínhamos imaginado e às vezes usando os nossos recursos, a nossa internet, e nosso computador e tudo mais e eu imaginei, eu realmente estou jogando como uma provocação. A sociedade merece que a gente se apresente. Foi muito bom isso que nós somos a única carreira está comprovando aquilo que tem feito ainda que é válido que as opiniões sejam ouvidas daquilo que cada um faz, como deve ser reconhecida, é legítimo, não desrespeita ninguém muito pelo contrário nós estamos prestando contas à sociedade, isso já tem um caráter de responsabilidade também. Não seria o momento oportuno para também pensarmos que já que nos afetou tanto, que muitas

atividades até em algum momento foram comprometidas temporariamente durante um período emergencial, não valeria a pena também nós revermos as atividades como um todo? Ou seja, todas as atividades que são realizadas neste caráter não deveriam ter um Plus? Pontuarem mais? Porque foi dada opção para eles cruzarem os braços e dizerem que não querem trabalhar, assim pelo menos foi assim que chegou para nós. Estou só lançando isso como uma provocação. Na verdade, digamos assim, não sou membro titular da CPPD e de alguma forma adentrei nesta conversa mais recentemente, mas no dia da nossa apresentação na congregação um professor usou de um termo logo quando iniciamos a falar sobre as modificações e pontuações. Ora, se esse assunto de pontuação não fosse pertinente, nós não estaríamos nesta reunião, não é verdade? E aí o colega usou digamos assim: “eu não vou ficar aqui mendigando uns pontinhos” - e eu disse que não era questão de mendigar é uma questão de responsabilidade com os nossos afazeres é uma questão de responsabilidade com quem conhece o processo de desenvolvimento. Quando eu fiz o comentário do PIEPEX eu fiz porque eu tenho uma responsabilidade nesta história e ninguém vai me intimidar de discutir estas questões. Certo? Então quando nós estamos tratando destas questões que dizem respeito a nossa carreira e a prestação de contas que damos à sociedade, é porque a nós foi confiado isso, isso é a transparência na prestação de contas para a sociedade. Então nós estamos aqui trabalhando desta forma e é muito pertinente e não estamos mendigando ponto para ninguém. Nós estamos agindo com a responsabilidade que nos foi confiada de dizer o que estamos fazendo e quanto isso deve valer.” Vice-Presidente da CPPD Prof.a Cristiane Aparecida da Silveira Monteiro: “vou falar um pouco como parte da Comissão, mas principalmente enquanto representante da minha unidade. Primeiro, eu queria falar enquanto Comissão: eu não sei se todos se lembram quando foi formada essa comissão nós não tivemos muitas pessoas que se interessassem. Na verdade, eram duas comissões: eu não estava nesta subcomissão e sim na subcomissão de alteração de Regimento. Como não houve interessados, e como a subcomissão de alteração da Resolução 150 e a Junção dos anexos das Resoluções 150 e 92 era prioritária, nós desfizemos a subcomissão do Regimento e juntamos as pessoas para poder fazer este trabalho. O ideal seria que nesta Subcomissão existissem representantes de todas as áreas para facilitar. Em muitos momentos, tivemos que fazer consulta às áreas por conta das especificidades e ainda assim, existiram diversas especificidades que não conseguimos incluir, já que a nossa universidade é plural. Assim, o nosso pensamento é de não perder nenhuma especificidade: para isso, o primeiro passo era dar voz e dar voz significa ouvir reclamações, ouvir que determinada unidade entendeu que aquilo não é legal, ouvir outros pontos de vista sobre aquelas questões que a gente discutiu e discutiu à exaustão, mas com a limitação de pessoas e de olhares de pessoas que estavam presentes naquela subcomissão (e isso não é defeito e sim uma característica). Éramos poucas pessoas, portanto eram poucos os olhares. Dar voz a essas Unidades, da mesma forma que se dá voz às Pró-reitorias, neste primeiro momento, é justamente com a intenção de corrigir e de, principalmente, sanar eventuais lacunas para amadurecer esta proposta. A fala de vocês é riquíssima e extremamente produtiva. Temos consciência de que nunca se chegará a uma proposta que agrade 100% todo o mundo, mas a ideia é valorizar o que a Unidade tem de melhor e não uma proporção

de comparação porque não existe essa comparação. A ideia é valorizar a pesquisa, graduação, extensão e gestão. Entretanto, há reclamações de todas as ordens: o limite é baixo, tem que aumentar para incentivar enquanto outros não entendem isso como incentivo. A questão de aumentar ou diminuir a pontuação é muito polêmica e não há consenso nem mesmo na Subcomissão. Às vezes, a gente não conseguia sair de um artigo da resolução. Quando chegou a discussão da tabela, passávamos a tarde inteira discutindo uma pontuação e a gente não chegava a um consenso. Então, íamos até aos nossos pares para conversar e tentar chegar a um consenso considerando as diversas especificidades. Por isso, reafirmamos, a presente proposta é o ponto de partida, agora é importante ouvir as unidades, ouvir as pró-reitorias, pegar todas essas sugestões e trabalhar a partir delas. Há um ponto importante: o engajamento da Unidade. Estão todos sobrecarregados ou a maioria está sobrecarregada por estarmos em um momento crítico: a questão do trabalho remoto, o acúmulo de reuniões, etc mas mesmo assim talvez possamos pensar em uma estratégia coletiva de engajamento. Talvez marcássemos um dia a CPPD trazer uma pessoa da CPPD de outra Universidade que passou pela experiência recentemente; referências que a gente tem, a fala da profa. Vanessa foi muito importante, quando disse: onde está nosso olhar? Qual universidade a gente quer? O que a gente quer valorizar? A gente precisa ter um olhar no nosso PDI que está construído, a gente tem que ter um olhar, um foco, para onde queremos ir porque a Universidade ela se faz por pessoas, é o nosso trabalho diário, nossas construções diárias na pesquisa, extensão, gestão e ensino que fazem a Universidade então devemos estar de alguma forma alinhado. Talvez possamos, enquanto CPPD, pensar em um encontro. É importante entendermos a progressão não só para conseguir um aumento salarial e sim de valorização do nosso trabalho, do papel da universidade, do que a Universidade constrói para a sociedade. Por isso, é importante também escutar as pessoas que compõem a Universidade. Enquanto CPPD é importante escutar, às vezes, uma fala de um professor muda todo o olhar da gente sobre um problema. É importante a gente ouvir o outro com outro que tem outro olhar e uma outra história sob uma outra expectativa.” 3) Outros Assuntos. Recomendação sobre documentos hábeis. O Presidente não fez nenhuma recomendação conforme estava previsto em pauta sobre documentos hábeis pelo fato do tempo estabelecido não ter sido suficiente. O presidente finalizou a reunião agradecendo imensamente todas as contribuições e na sequência informou que durante a reunião foram sugeridas duas possibilidades de enviar o material encaminhado pelas unidades (ICB/ICN/FCF/ICEx/ICHL/ICSA/EE/FANUT). São elas: 1) Fazer o encaminhamento das sugestões para as Unidades Acadêmicas e 2) Fazer o encaminhamento das sugestões para as Pró-Reitorias. Quanto à sugestão do professor Eduardo José Alonso Aguilar em relação a aproveitar tudo o que já foi sinalizado como alteração na gestão anterior, a Vice-presidente esclareceu que este procedimento foi adotado. A Prof.a Estela Regina de Oliveira enfatizou que uma opção não excluiria a outra, e que ambas poderiam/deveriam seguir juntas. O Presidente a pedido do prof. Rafael solicitou junto do Colegiado que se manifestassem via chat. Foi proposto para que o Colegiado votasse da seguinte forma: quem achasse que deveria ser encaminhado para as Unidade Acadêmica deveria marcar (1) e quem achasse que o material fosse encaminhado para as Pró-

Reitorias deveria marcar (2). A secretária explicou por meio do chat que a votação deve ser realizada somente entre os titulares. A votação finalizou apontando seis (6) votos para que o material compilado fosse encaminhado para as Unidades Acadêmicas e seis (6) votos para que o material compilado fosse encaminhando para as Pró-Reitorias. Segue:

Resultado da Votação		
Unidade Acadêmica	Unidade Acadêmica (1)	Pró-Reitorias (2)
ICN	X	
ICB	X	
IQ		X
FO	X	
EE	X	
FCF		X
ICEx		X
FM		X
ICSA	X	
FANUT		X
ICM		X

ICT	X	
Total de votos	6	6

O Presidente absteve seu voto por entender a necessidade de enviar o material compilado tanto para as Unidades Acadêmicas como para as Pró-Reitorias. O Prof. Rafael Tobias Moretti Neto orientou o presidente a fazer uma aclamação e fazer uma decisão conjunta, uma vez que a votação empatou e o Presidente preferiu se abster e mediante essa ponderação o Presidente acatou esta conduta e o resultado da consulta foi:

Resultado da Aclamação		
Unidade Acadêmica	Unidade Acadêmica (1)	Pró-Reitorias (2)
ICN	X	X
ICB	X	X
IQ	-	-
FO	X	X
EE	X	X
FCF	X	X
ICEx	X	X
FM	X	X

ICSA	X	X
FANUT	X	X
ICM	X	X
ICT	-	-
ICHL	X	X
Total de votos	11	11

A aclamação foi encerrada com 11 (onze) votos a favor que o encaminhamento fosse feito simultaneamente para as Unidades e para as Pró-Reitorias. Os representantes do Instituto de Química e o Instituto de Ciências e Tecnologia não votaram porque perderam o acesso ao link. A apresentação do resultado do compilamento será no início de 2021. Depois da apresentação, será proposto um novo prazo a fim de que as Unidades Acadêmicas e as Pró-Reitorias possam aprofundar as discussões. Não havendo nada mais a registrar, eu, Cristiane Moreira Mendes, secretária da CPPD, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, pelo presidente e pelos seus membros.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Moreira Mendes, Técnico Administrativo em Educação**, em 29/12/2020, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos de Souza Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 29/12/2020, às 20:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Sena Mariano, Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente**, em 30/12/2020, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo José Aguilar Alonso, Professor do Magistério Superior**, em 30/12/2020, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com

fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Aparecida Silveira Monteiro, Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente**, em 30/12/2020, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liliana Batista Vieira, Professor do Magistério Superior**, em 30/12/2020, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angelica Maia Gaiotto, Professor do Magistério Superior**, em 30/12/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 30/12/2020, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Maria da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 07/02/2021, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Botelho Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 00:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Azevedo, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estela Regina de Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 08:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaine Honorata Hortolan Luiz, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Tobias Moretti Neto, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika de Cássia Lopes Chaves, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clibson Alves dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com

fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deila Rosely Carneiro, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Ermelindo de Assis Costa, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nildred Stael Fernandes Martins, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Bergamin Boralli Marques, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Marcos Caixeta Franco, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Regina Cordeiro, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0443432** e o código CRC **4420880B**.
